

política

Simone Tebet aposta em unidade da terceira via

Prazo de 18 de maio não deve encerrar tentativa de unir as siglas

/ ELEIÇÕES 2022

Marcus Meneghetti

marcus@jornaldocomercio.com.br

A pré-candidata à presidência da República e senadora Simone Tebet (MDB) acredita que as negociações da terceira via devem se estender para além do dia 18 de maio. O prazo foi estabelecido como limite pelos líderes do MDB, PSDB, Cidadania e União Brasil (UB) - este último, no entanto, por meio do presidente Luciano Bivar, anunciou que sai da composição para lançar chapa pura. Nesta quinta-feira, a senadora esteve em Porto Alegre, onde visitou a feira de tecnologia e inovação South Summit e se reuniu com lideranças emedebistas.

Na companhia do pré-candidato do MDB ao governo do Estado, Gabriel Souza, Simone se reuniu com o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), pela manhã. Ao sair do Paço Municipal, atravessou a rua para almoçar no Mercado Público. No início da tarde, foi a sede do diretório estadual do MDB, onde concedeu entrevista coletiva à imprensa gaúcha, ao lado dos ex-governadores José Ivo Sartori e Germano Rigotto, e outras lideranças emedebistas.

À tarde, estavam programadas uma visita ao South Summit, que ocorre no Cais Mauá. Lá, ela pretendia encontrar o ex-governador Eduardo Leite (PSDB) para um café. Na sequência, a agenda previa uma reunião com o governador Ranolfo Vieira Júnior (PSDB) e uma visita ao ex-governador Pedro Simon (MDB). À noite, o encontro com emedebistas gaúchos era no CTG-35.

Na coletiva, a senadora foi questionada se o futuro da terceira via seria decidido até o prazo



Pré-candidata do MDB ao Planalto, Simone Tebet cumpriu agenda no RS

de 18 de maio. Ela iniciou sua fala lembrando da saída do UB das negociações para lançar a pré-candidatura de Luciano Bivar ao Palácio do Planalto. “Então, teremos o dia 18 de maio como data final mesmo, para ver se o PSDB e o Cidadania caminharão conosco ou não. Independentemente disso, o MDB terá candidatura própria”, disse Simone Tebet.

Entretanto, complementou: “Em que pese possamos sair com pré-candidaturas próprias, teremos pelo menos mais 60 dias até as convenções, para quem sabe, lá na frente, a gente convergir. Então, essa divergência temporária não nos separa de forma absoluta”.

Depois do lançamento da candidatura de Bivar, o pré-candidato do PSDB, o ex-governador de São Paulo João Doria, e Simone Tebet têm dito que não serão candidatos a vice-presidente. Com isso, a união em torno de uma candidatura parece mais distante.

“Temos esperança que, até o dia 18, iremos convencer o pré-candidato João Doria que nós somos o melhor nome (para liderar a candidatura da terceira via). Se não for no dia 18, não vamos desis-

tir. Vamos trabalhar até o dia 30, depois disso, e mesmo na convenção”, insistiu Simone Tebet.

Ela avalia que o seu maior trunfo é a menor rejeição entre todos os candidatos. Além disso, acredita que o fato de ser pouco conhecida indica que uma eventual candidatura teria muita margem de crescimento. Conforme uma pesquisa citada pela senadora, ela terá em torno de 3% das intenções de voto.

Ao falar de Eduardo Leite, elogiou o ex-governador gaúcho: “Tenho um carinho muito grande pelo Eduardo Leite. Acho que terá uma carreira brilhante na política. Sinto falta que possamos preparar os jovens talentos, seja de que partido forem, para que, no futuro, já a partir de 2026 e 2030, tomem as rédeas do país. É fundamental que isso aconteça. Mas Eduardo Leite perdeu as prévias dentro do PSDB”.

Em nome do diretório estadual, Gabriel Souza disse que “a pré-candidatura (de Simone) tem o apoio do diretório estadual do Rio Grande do Sul. Iremos apoiá-la nessa pré-campanha, na convenção partidária e no primeiro e segundo turnos da eleição presidencial”.

Bivar anuncia chapa pura do União Brasil e esvazia composição

O presidente da União Brasil, Luciano Bivar, confirmou que o partido terá uma chapa puro-sangue, com um candidato a vice do mesmo partido, para disputar a presidência da República, enfraquecendo ainda mais o grupo de legendas da chamada terceira via.

Bivar é o pré-candidato à presidência da sigla. “Esperamos até o último momento para fazer uma coligação com outros partidos. Entretanto, os outros partidos não tiveram a mesma unidade que tem o União Brasil. Em função disso, não restou a nós uma única alternativa do que sairmos com uma chapa pura”, disse Bivar em vídeo divulgado nesta quarta.

Inicialmente, o União Brasil discutia com PSDB e MDB a hipótese de as siglas se unirem em torno de um só nome para tentar romper a polarização entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL).

O pré-candidato do PSDB é o ex-governador paulista João Doria e o do MDB, a senadora Simone Tebet (MDB). Os partidos haviam estabelecido o dia 18 de maio como o prazo final para bater martelo a respeito da candidatura, mas sem definir os critérios mínimos para a escolha de um representante. Irritado com a demora da decisão, Bivar já havia indicado na semana passada que iria romper com o grupo com a promessa de resolver nesta quarta-feira o futuro da sigla que preside.

Embora dentro da União Brasil ninguém discorde de Bivar se lançar neste momento como pré-candidato, o partido está dividido.

Hoje, a aposta no partido é que MDB e PSDB não conseguirão chegar a um consenso até 18 de maio e ambos manterão as pré-candidaturas de Simone Tebet e Doria, respectivamente. Esta também é a percepção de emedebistas e tuca-nos graúdos.

PGR pede que caso do ex-ministro da Educação vá para 1ª instância

/ JUDICIÁRIO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a remessa do inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro à primeira instância da Justiça Federal em Brasília. A manifestação foi enviada nesta quinta-feira à ministra Cármen Lúcia, relatora da apuração, pela vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo.

A representante da PGR afirmou que o tribunal deixou de ter atribuição para tocar a apuração depois da exoneração de Ribeiro do cargo, publicada no Diário Oficial do dia 28 de março.

“Ante a exoneração de Milton Ribeiro do cargo de Ministro da Educação, único investigado que era detentor de foro por prerrogativa de função, há de se reconhecer a

cessação da competência do Supremo Tribunal Federal para a supervisão da investigação instaurada”, disse Lindôra.

O inquérito foi aberto no Supremo no dia 24 de março a pedido da PGR, após o jornal Folha de S.Paulo publicar áudio em que o ex-ministro disse que privilegiava pastor evangélico a pedido de Bolsonaro.

O balcão de negócios no MEC era operado por dois pastores evangélicos sem qualquer vínculo formal com a pasta e que participaram de mais de 30 reuniões no Palácio do Planalto. De acordo com prefeitos, um deles chegou a cobrar propina em barra de ouro.

Milton Ribeiro deixou o cargo uma semana após a revelação de áudio em que ele afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos.

Câmara retarda caso Daniel Silveira e pode nem analisar cassação do parlamentar

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e deputados do centrão trabalham para retardar ao máximo a análise sobre o destino na Casa do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) - condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas indultado pelo presidente

Jair Bolsonaro (PL). A apuração é da Folhapress.

O argumento lançado por Lira e aliados é a necessidade de “esfriar” a crise entre os Poderes. Para isso, bastaria deixar o caso do bolsonarista em banho-maria, adiando a análise de ações que possam levar à punição do parlamentar.

Dessa forma, a tendência é

que eventuais processos de cassação ou suspensão do mandato de Silveira só devem ser avaliados no segundo semestre, perto da eleição.

Mas líderes próximos ao governo vão além: dizem que o assunto Daniel Silveira está morto e que talvez a Câmara nem entre na questão. O mandato de Silveira na

Câmara vai até janeiro de 2023.

O STF condenou o parlamentar a 8 anos e 9 meses de prisão, além de impor a ele a perda do mandato e dos chamados direitos políticos, tornando-o, em tese, ilegível. No dia seguinte, Bolsonaro assinou decreto de perdão de pena a Silveira, o que, na visão do parlamentar, anula toda a decisão da

Suprema Corte.

Lira entrou com uma ação na corte para que se estabeleça que é do Congresso a última palavra sobre a cassação de um mandato parlamentar. O tema está sob relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, que ainda não fez nenhum despacho na ação, e enfrenta divisão entre ministros.